



# AMPERJ

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

fevereiro | março | abril de 2026  
nº 42 | ano 14

## 80 anos

Fundada em 1946,  
Amperj celebra  
história de coragem,  
lutas e conquistas

### Entrevista

Presidente Cláudio Henrique Viana fala da importância de articulação nacional

### “Príncipe do Júri”

Primeiro presidente da associação após a Fusão é homenageado

### Futuro

Nova turma com 20 promotores toma posse





# Segurança é coisa séria!

## COMUNICADO IMPORTANTE

A sua segurança é fundamental pra gente. Por isso, separamos **uma dica valiosa** para você se proteger de golpes e fraudes financeiras no dia a dia.

Recebeu uma chamada de algum número nosso? **Não atenda.** Os fraudadores utilizam softwares que permitem mascarar o número de origem em uma ligação.

Os números do SICOOB COOMPERJ apenas recebem ligações. **Não ligamos** para informar sobre bloqueio de conta, tentativa de invasão ou pedir a alteração de senha. Nossos atendentes não realizam chamadas de vídeo por nenhum aplicativo.

Sempre que precisar de ajuda, entre em contato com a gente pelos canais oficiais de atendimento, que você encontra aqui embaixo, no final deste e-mail.

**E-mail:** Enviem suas consultas, solicitações ou preocupações para o endereço de e-mail **coomperj.4338@sicoob.com.br**. Nossa equipe estará pronta para ajudar.

**Whatsapp:** Vocês podem entrar em contato conosco através do número **(22) 99898-1795**. Este canal estará disponível para encaminhá-los ao gerente responsável, que irá atendê-los prontamente.

*Em caso de dúvidas estamos  
à disposição!*

**SICOOB COOMPERJ**

## COLEGAS,

**C**elebrar os 80 anos da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no mês de abril é reconhecer uma longa trajetória marcada por compromisso institucional, permanente defesa das prerrogativas da carreira e mobilização para enfrentar os grandes desafios do Brasil. Ao longo dessas oito décadas, a Amperj acompanhou e participou das transformações do país, da Justiça brasileira e do próprio Ministério Público, mantendo acesa a sua missão de fortalecer a instituição e valorizar seus membros.

Nossa história é feita de união e de permanente compromisso com o Estado Democrático de Direito. Em diferentes momentos, a entidade atuou na afirmação da autonomia do Ministério Público e na construção de um ambiente institucional sólido, capaz de garantir a independência necessária para assegurar o respeito à Constituição e exigir o seu cumprimento. Atravessamos períodos decisivos da história fluminense — do tempo em que o Rio de Janeiro era Distrito Federal à fusão entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio — e enfrentamos desafios institucionais importantes, como o desnivelamento salarial, entre meados dos anos 1970 e início dos 1980, e a falta de autonomia para cumprir plenamente nosso próprio destino: a defesa da sociedade. Esse processo se consolidou com a conquista de um regime remuneratório mais justo e a adoção da lista tríplice para a escolha do procurador-geral de Justiça.

Celebrar essa trajetória também significa olhar para o presente e para os desafios que se impõem. A Amperj de hoje mantém atuação ativa nas frentes legislativas que impactam diretamente a instituição e a proteção dos direitos fundamentais da sociedade. Entre elas, destaca-se o apoio a iniciativas voltadas ao enfrentamento do crime organizado, como a aprovação, neste ano, do chamado PL Antifacção.

Ao mesmo tempo, a associação permanece vigilante em relação a temas que afetam diretamente a carreira, como a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre verbas indenizatórias, cuja implementação continua a ser acompanhada com atenção e responsabilidade para preservar direitos e garantir segurança jurídica aos membros do Ministério Público.

Se os últimos 80 anos foram marcados por conquistas importantes, os próximos certamente trarão novos desafios, alegrias e também atribulações, que, como sempre, exigirão coragem e espírito público. Uma coragem que atravessa a história da Amperj e que seguirá orientando o caminho da instituição nos anos que virão.

**“Se os últimos 80 anos foram marcados por conquistas importantes, os próximos certamente trarão novos desafios, alegrias e também atribulações”**



**Cláudio Henrique da Cruz Viana**

Presidente da Amperj



Túnel do tempo: jantar dançante, no Clube Ginástico Português, pelo aniversário de 50 anos da Amperj

## Caro leitor,

Esta edição especial celebra os 80 anos da Amperj com um recorte que combina memória, personagens e momentos decisivos para o Ministério Público fluminense.

Nas reportagens centrais, a revista revisita a trajetória da entidade nas últimas oito décadas de uma história marcada por lutas e conquistas (pág. 10) e resgata episódios que testaram, e reafirmaram, a atuação do MP, como a Vigília Institucional nos anos 1980 (pág. 14). Nessa arqueologia do tempo, relembramos personalidades que tiveram papel fundamental no Ministério Público do Rio de Janeiro, como o procurador Everardo Moreira Lima, que ficou conhecido como "Príncipe do Júri" (pág. 16) e cujo legado permanece mais atual do que nunca.

A edição reverencia o passado, sem deixar de lado as grandes questões da atualidade. Entre elas, estão avanços como a força das mulheres, hoje 57% do MPRJ (pág. 17), e a entrega das insígnias a jovens promotores (pág. 18), que traduz a continuidade de valores que atravessam gerações.

A entrevista com o presidente Cláudio Henrique Viana (pág. 20) aborda a inserção da Amperj nos principais debates nacionais, e a reportagem sobre avanços institucionais (pág. 23) apresenta conquistas recentes da associação.

Na parte final, para não perder a tradição, a revista abre espaço para momentos de leveza como o lançamento de um vinho comemorativo com selo da Amperj (pág. 25) e sugestões de leitura na seção Na prateleira (pág. 26).

A revista, como um todo, foi feita para ser lida como um livro de história: nas páginas, você vai recapitular o que foi construído, compreender os desafios atuais e antever os caminhos que se desenharam para o futuro. Boa leitura!

RAPHAEL GOMIDE E CARLA ROCHA

### Diretoria Executiva

#### PRESIDENTE

Cláudio Henrique da Cruz Viana

#### VICE-PRESIDENTE

Dennis Aceti Brasil Ferreira

#### SECRETÁRIO-GERAL

Guilherme Mattos de Schueler

#### DIRETOR FINANCEIRO

Felipe Barbosa

Freitas Ribeiro

#### DIRETOR CULTURAL

Rogério Pacheco Alves

#### DIRETORA SOCIAL

Allana Alves Costa Poubel

#### DIRETOR DE DEFESA DE DIREITOS

#### E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS

Bruno de Sá Barcelos Cavaco

#### DIRETORA ASSISTENCIAL

#### E DE ASSUNTOS RELATIVOS

#### A APOSENTADOS E

#### PENSIONISTAS

Luiza Thereza Baptista  
de Mattos

#### DIRETORA DE ASSUNTOS

#### LEGISLATIVOS

Renata Mendes

Somesom Tauk

#### DIRETOR DE ESPORTES

Helena Ribeiro

Pereira Nunes Filho



### REVISTA DA AMPERJ

PRODUÇÃO Corcovado

Comunicação Estratégica

EDITOR Raphael Gomide

EDITORA-ADJUNTA Carla Rocha

REDAÇÃO Carla Rocha, Mariana

Reduzino e Leonardo Oliveira

PROJETO GRÁFICO,

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN

Andréa Miranda

CONTATO amperj@amperj.org

IMPRESSÃO Gráfica Mec

TIRAGEM 1.500

# Sumário

fevereiro | março | abril de 2026  
nº 42 | ano 14



Mensagem  
do Presidente 3

Carta do editor 4

Em Foco 6

Destaques  
da Amperj 8

80 anos de história:  
como a Amperj  
fortaleceu o MP  
fluminense 10

Vigília institucional:  
a noite em que o  
Ministério Público  
decidiu não recuar 14

O Príncipe do  
Júri: o legado de  
Everardo Moreira  
Lima, primeiro  
presidente 16

A força feminina,  
uma liderança  
que transforma  
a instituição 17

Vocação e  
identidade: o brilho  
das insígnias  
no MPRJ 18

Entrevista com o  
presidente Cláudio  
Henrique Viana 20

Luta Institucional 23

Prateleira 25

Vinho 26



20



16



17



18



**Registro histórico**

Dois anos depois da fundação da Amperj, integrantes do Ministério Público do antigo Distrito Federal se reúnem em um retrato que atravessa o tempo e preserva a memória da instituição

## Destaques da Amperj

Saiba tudo o que aconteceu no calendário de eventos da Amperj, de treinos a lançamentos de livros

por  
**LÉO OLIVEIRA**



Associação contou com estrutura exclusiva na Praia de Copacabana para enfrentar trajetos de 5km e 10km

### Equipe animada e com espaço VIP na corrida Santander Track & Field Run Series

O grupo de corrida da Amperj participou da Santander Track & Field Run Series, na Praia de Copacabana, o maior circuito de corrida de rua da América Latina. Divididos em provas de 5km e 10km, vinte corredores fizeram parte da equipe que representou a associação. Após a corrida, o grupo pôde aproveitar um espaço exclusivo com banheira de gelo, massagem e brunch, promovido pelas empresas parceiras.

### As estrelas no Mês da Mulher

Nas comemorações do Dia da Mulher, a Amperj proporcionou a suas associadas uma sessão especial de cinema. Antes de um almoço harmonizado com vinhos e espumantes na sede do Centro, as convidadas assistiram ao aclamado “Estrelas Além do Tempo”. O filme retrata a história real de três cientistas negras da NASA — Katherine Johnson, Dorothy Vaughan e Mary Jackson — que enfrentaram o racismo e o sexismo nos EUA da década de 1960 e se tornaram peças fundamentais na corrida espacial. Ao final da sessão, as participantes receberam caixas de bombons.



Tarde de homenagem às mulheres do MPRJ com almoço especial, vinho e sessão de cinema



Todos juntos: membros ativos e inativos em reencontro marcado por bate-papo animado e palestra

### Amperj Reencontro bate recorde com evento que reuniu 60 associados

O almoço do mês de março do Amperj Reencontro, evento já tradicional no calendário mensal, bateu recorde ao reunir 60 pessoas na sede da associação. Após o almoço, o grupo assistiu à palestra “A mulher e a música do cinema”, apresentada pelo procurador de Justiça aposentado Sergio de Andréa em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. O evento é um importante momento de integração entre diferentes gerações do Ministério Público do Rio de Janeiro, com a participação de membros ativos e já aposentados em um espaço de troca e interação.

### Diretoria da Conamp é reconduzida para biênio 2026-2028

Em cerimônia realizada em Brasília, a nova diretoria da Conamp tomou posse, marcando a diplomação dos integrantes eleitos para o biênio 2026-2028. No comando da entidade nacional, Tarcísio Bonfim foi reconduzido à presidência, dando continuidade à agenda de fortalecimento do Ministério Público brasileiro. A ocasião também reafirmou a presença fluminense na direção da associação. O presidente da Amperj, procurador de Justiça Cláudio Henrique Viana, igualmente reeleito, seguirá representando a região Sudeste na diretoria da Conamp. À frente da Amperj em seu terceiro mandato, Viana amplia, no plano nacional, a atuação institucional da associação.



Nova diretoria da Conamp: presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, foi reconduzido ao cargo de representante da Região Sudeste

### Muiños Piñeiro é entrevistado do Amperj Convida

O papel do Tribunal do Júri foi um dos destaques do programa Amperj Convida. A procuradora de Justiça Heloisa Carpena, que apresenta o podcast da associação, entrevistou o desembargador José Muiños Piñeiro, que destacou a relevância do tribunal para o sistema de Justiça brasileiro nos últimos anos, revisitando episódios emblemáticos da história recente do Rio de Janeiro, como as chacinas da Candelária e de Vigário Geral. À época, Muiños Piñeiro, que foi procurador-geral de Justiça e presidente da Amperj, atuou na acusação nos julgamentos relacionados aos assassinatos ocorridos em 1993, episódios que aconteceram com intervalo de pouco mais de um mês.



Muiños Piñeiro lembrou chacinas de Vigário Geral e da Candelária



Atletas se preparam para o XXIV Torneio Nacional de Futebol Society do MP

### Em ritmo de preparação para bater bola

O time de futebol da Amperj, conhecido como Bancada da Bola, começou seus treinos para o XXIV Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, organizado pela Conamp. A reapresentação dos atletas e da comissão técnica reuniu 45 integrantes no dia 14 de março, no Centro Cultural Esportivo Israelita Adolpho Bloch, na Barra da Tijuca. Neste ano, a associação inscreveu equipes em todas as cinco categorias do campeonato: Força Livre, Master, Supermaster, Sênior e Super Sênior.

# 80 anos de história: como a Amperj fortaleceu o Ministério Público do Rio

Fundada em meio às mudanças do Brasil dos anos 1940, a entidade acompanhou diferentes momentos da história democrática do país e consolidou seu papel na defesa da instituição e de seus membros

por  
**CARLA ROCHA**

**E**m meados dos anos 1940, o Rio de Janeiro ainda era capital do Brasil e respirava os ares da reconstrução do pós-guerra. Nos corredores do sistema de Justiça, porém, os promotores enfrentavam uma realidade muito menos grandiosa. Sem uma entidade que os reunisse ou defendesse suas prerrogativas, os encontros eram improvisados, em escritórios cedidos ou gabinetes emprestados. Faltavam estrutura, recursos e, sobretudo, uma voz institucional.

Foi nesse cenário que nasceu, em 24 de abril de 1946, a entidade que daria origem à atual Associação do Ministério Público

do Estado do Rio de Janeiro (Amperj). Iniciava-se uma mudança decisiva na história do Ministério Público fluminense, com impacto para além do Estado.

O nome refletia a geografia política da época: Associação do Ministério Público do Distrito Federal — função exercida pelo Rio antes da transferência da capital para Brasília. O primeiro presidente foi Plácido de Sá Carvalho, responsável por liderar o movimento que transformou encontros dispersos em uma instituição organizada. O objetivo era unir a classe e fortalecer o Ministério Público como instituição essencial à Justiça.

Para o presidente da Amperj, Cláudio Henrique da Cruz Viana, aquela iniciativa pioneira foi decisiva para o que viria nas décadas seguintes.

“A associação nasceu da necessidade de união. Naquele momento, os promotores enfrentavam muitas limitações estruturais e institucionais. Ao longo de oito décadas, a Amperj ajudou a consolidar o Ministério Público como um dos pilares da democracia brasileira e da defesa dos direitos fundamentais”, afirma.

A trajetória da associação se confunde com as transformações políticas do país. Em 1960, com a transferência da capital



Ascensão feminina: Assy Mirza (ao centro), primeira mulher a presidir a Amperj em sua configuração atual, após a fusão que redefiniu seu nome e estrutura

## Linha do tempo

**1946**

Nasce a Associação do Ministério Público do Distrito Federal



**Anos 1970**

Congressos do MPRJ marcam o período, que culmina com o lançamento da “Carta de Princípios”, origem da atual Conamp



**1980**

“Vigília institucional” obtém avanços: melhores condições de trabalho, autonomia e lista tripla para procurador-geral

**1988**

Atuação na Constituinte resulta na nova Constituição, que amplia prerrogativas e fortalece o MP



**1996**

Fundação da Escola de Direito da Amperj

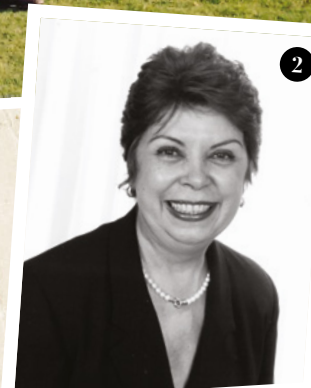
para Brasília, o antigo Distrito Federal virou o Estado da Guanabara. O período foi de incertezas institucionais, com parte dos promotores migrando para a nova capital. Em 1974, a fusão entre Guanabara e Rio de Janeiro levou à criação da atual Amperj, a partir da união de duas entidades até então divididas.

Ao longo desse percurso, nomes emblemáticos ajudaram a dar identidade à instituição. Um deles foi Everardo Moreira Lima, promotor celebrado por sua atuação no Tribunal do Júri e lembrado como o “Príncipe do Júri”. Ele será homenageado nas celebrações dos 80 anos, com placa na sede da Amperj.

### Vigília, um grito por Justiça

Entre os episódios mais marcantes está a mobilização de 11 de novembro de 1980, quando promotores e procuradores participaram de uma vigília por melhores condições de trabalho, equiparação de vencimentos e maior autonomia institucional. O movimento teve ampla repercussão e resultou em uma conquista inédita: o direito de elaborar lista tríplice para a escolha do procurador-geral de Justiça, antes indicação livre do governador.

Para o ex-procurador-geral Antonio Carlos Biscaia, a conquista foi um divisor de águas.



# Em oito décadas, as páginas de um livro de desafios e conquistas

“A Amperj passou a defender prerrogativas e fortalecer a representação da classe”, lembra. Segundo ele, a Constituição de 1988 consagrou os avanços, ao garantir autonomia institucional ao Ministério Público. “Eu não tenho dúvida em afirmar que o Ministério Público, a partir daí, passou a ser conhecido por toda a nação brasileira como uma instituição independente, que tem como papel principal a defesa da sociedade e de seus direitos sociais indisponíveis. Nessa trajetória vitoriosa, a Amperj teve um papel fundamental.”

Ao longo das décadas, a Amperj deixou de ser apenas um espaço corporativo para se tornar também um centro de integração e desenvolvimento profissional. Hoje, promove congressos, cursos e seminários e mantém a Femperj, voltada à formação jurídica, além de iniciativas culturais e esportivas.

Outro marco foi o avanço da participação feminina. Assy Mirza Abranches foi a primeira mulher a presidir a Amperj, entre 1988 e 1990. Antes, em 1962, Jarcléa Pereira Gomes havia se tornado a primeira promotora do estado. Hoje, as mulheres representam parcela expressiva da instituição. Victória Le Cocq, segunda mulher a presidir a Amperj (1992–1994), destaca seu orgulho pela participação na entidade:

“A associação sempre foi um espaço de união, defesa da carreira e fortalecimento institucional.”

### A memória viva da instituição

Entre os associados, o procurador Norton Esteves, que completou 100 anos em abril, mês de celebração dos 80 anos da Amperj, é símbolo dessa trajetória. Com décadas de atuação sobretudo na área de Família, ele acompanhou o crescimento da associação desde seus primeiros tempos. Nos encontros, relembra episódios marcantes, como o convívio com Jacob do Bandolim, escritor à época, e a atuação em casos de grande repercussão, como um acidente que resultou na condenação do ídolo Mané Garrincha.

Ao recordar a trajetória, Norton destaca o papel da entidade em momentos decisivos — da fusão dos estados às mobilizações que antecederam a Constituição de 1988.

“Eu me recordo do alvorecer da instituição, criada por 45 colegas para defender direitos e prerrogativas, valorizar a carreira e promover atividades culturais e acadêmicas, em sintonia com as transformações jurídicas e sociais”, afirma.

Oito décadas depois, a Amperj consolidou presença nos principais debates institucionais do país. Para Cláudio Henrique Viana, o desafio agora é ampliar esse legado: “Celebrar os 80 anos é reconhecer uma história construída por gerações e reafirmar o compromisso com uma instituição forte, independente e próxima da sociedade.” ■



**2011**  
Mobilização em Brasília por mais segurança para classe

**2013**  
Luta contra PEC 37/2011



**2020-2021**  
Arrecadação de recursos e doações a pessoas em vulnerabilidade social durante a Covid-19

**2024-2026**  
Articulação nacional com entidades barra a PEC 3/2024, que ameaçava a vitaliciedade, e viabiliza no Congresso o reconhecimento das atividades do MP e do Judiciário como de risco

# Vigília institucional: a noite em que o Ministério Público decidiu não recuar

Paralisação nos anos 1980 marca equiparação salarial, independência institucional e lista tríplice para escolha do procurador-geral de Justiça

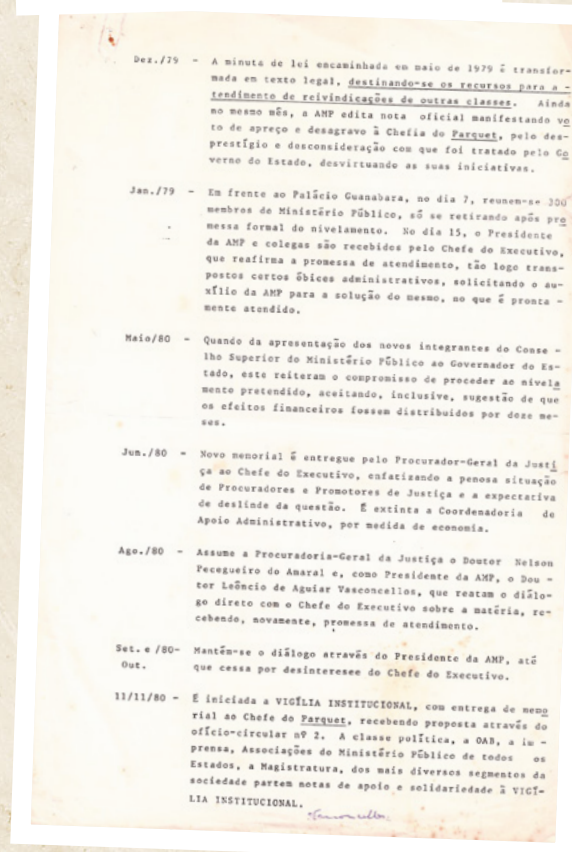
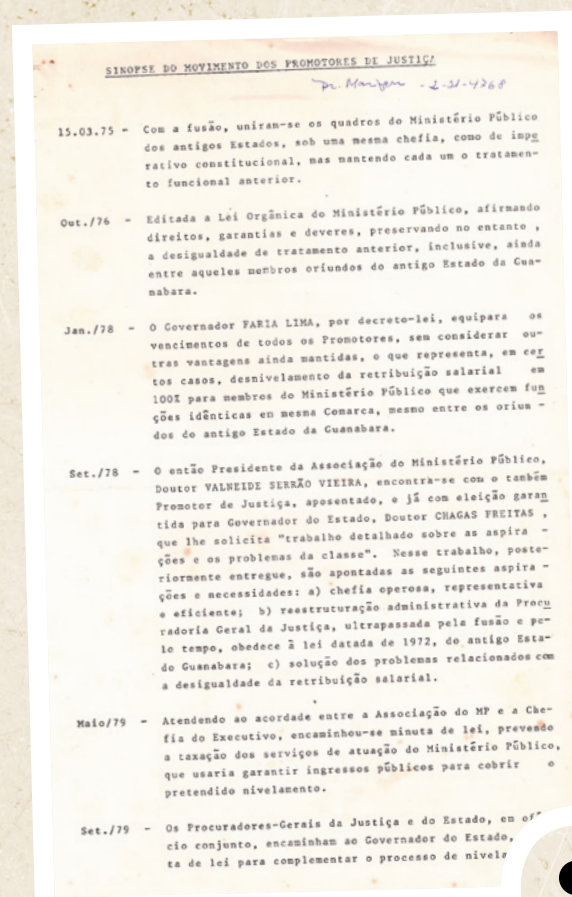
por  
CARLA ROCHA

A história do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é marcada por avanços institucionais graduais, mas poucos episódios guardam tanto simbolismo quanto a chamada Vigília Institucional de 1980. Mais do que um ato de protesto, o movimento — na prática, uma "greve" que paralisou cerca de 90% das atividades da Justiça fluminense — representou um gesto coletivo de afirmação da autonomia do Ministério Público em plena transição democrática brasileira, quando a instituição ainda buscava definir seu lugar entre os poderes do Estado.

No Rio de Janeiro, no início daquela década, o país vivia os últimos anos da ditadura militar, e a relação entre o Ministério Público e o Poder Executivo estadual era marcada por disputas institucionais e tentativas de controle político. A articulação da Vigília Institucional nasceu na Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj). O movimento ganhou contornos inéditos: os promotores de Justiça montaram uma vigília permanente em salas da associação na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Além da equiparação salarial entre integrantes oriundos da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro — já que, mesmo após a fusão dos estados, a disparidade se mantinha —, a mobilização também expressava uma reivindicação por maior independência funcional.

Segundo o procurador de Justiça aposentado Antonio Carlos Biscaia, um dos protagonistas daquele período, a mobilização era também uma forma de romper o isolamento político e informacional que cercava a instituição.

“Nós realizamos, ainda no período da ditadura, a primeira



1. Sinopse sobre o movimento que ficou conhecido como Vigília Institucional nos anos 1980; 2. O procurador aposentado Antonio Carlos Biscaia, liderança durante a Vigília Institucional; 3. O procurador Márcio Klang, coordenador do Centro de Memória do MPRJ

## “Realizamos, durante a ditadura, a primeira greve de promotores de que se tem notícia. Ficávamos em vigília permanente”

ANTONIO CARLOS BISCAIA,  
procurador de Justiça aposentado

greve de promotores de Justiça de que se tem notícia. Ficávamos na sede da Procuradoria em vigília permanente, atendendo telefone, falando com a imprensa, tentando dar visibilidade ao movimento”, recorda Biscaia em depoimento ao Centro de Memória do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A vigília simbolizava o inconformismo de uma instituição que se recusava a aceitar interferências externas em sua estrutura e funcionamento. A reação do Executivo estadual foi dura. Em meio ao embate, foi encaminhado um projeto de lei que criava a figura do chamado “promotor ad hoc” — mecanismo que permitiria a juízes nomear advogados para exercer temporariamente funções do Ministério Público na ausência de um promotor. Para os integrantes da carreira, a proposta representava um golpe direto contra a independência funcional da instituição. O episódio ampliou a mobilização interna e reforçou o senso de identidade coletiva.

Entre os principais desdobramentos da vigília está a adoção da lista tríplice para a escolha do procurador-geral de Justiça, até hoje uma das principais garantias de autonomia do Ministério Público estadual.

O procurador de Justiça Márcio Klang, que também viveu intensamente aquele período e atualmente coordena o Centro de Memória do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, destaca que a vigília ajudou a fortalecer a identidade institucional da carreira:

“A situação do desnivelamento salarial, que já era um problema desde a fusão, começou a ser debatida com mais vigor nos anos 80, quando vivíamos um quadro muito ruim de remuneração. Muitos estavam abandonando a carreira e prestando outros concursos públicos porque faltava dinheiro para fechar o mês. O procurador-geral da época havia se comprometido a levar a questão ao governador Chagas Freitas, mas não cumpriu a promessa. A classe então resolveu fazer o que se chamou de vigília institucional”, recorda Klang. Segundo ele, a base do movimento se concentrava em duas salas ocupadas pela Amperj, na sede da Procuradoria, então na Nilo Peçanha, 12, no Centro, onde os membros se mobilizavam e passavam a noite.

“Depois, fizemos uma passeata até o Palácio Guanabara. Mas só em 84, após a eleição de Leonel Brizola, conseguimos nivelar os salários e adotar a lista tríplice para procurador”, conta, lembrando que o primeiro escolhido pelo novo modelo foi Nicanor Medici Fischer.

Décadas depois, a Vigília Institucional continua sendo lembrada como um dos marcos da afirmação da autonomia do Ministério Público fluminense e, por isso, o episódio tem sido revisitado em iniciativas de preservação histórica, como entrevistas, organização de acervos documentais e projetos audiovisuais. ■

EVERARDO MOREIRA LIMA



1. Everardo Moreira Lima teve atuação brilhante no Tribunal do Júri e foi o primeiro a presidir a Amperj após reestruturação da entidade; 2. Jurista é homenageado em placa pelos 80 anos da Amperj; 3. Lançamento do livro "Carta aos amigos", em 2022



# O Príncipe do Júri: o legado de Everardo Moreira Lima, primeiro presidente da Amperj

Do Júri à liderança institucional, uma atuação que ajudou a definir os rumos do Ministério Público moderno

por  
MARIANA REDUZINO

Falar da história da Amperj e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é lembrar Everardo Moreira Lima. Nos 80 anos da associação, revisita-se a trajetória de seu primeiro presidente após a reestruturação nos anos 1970. Uma das vozes mais respeitadas do Tribunal do Júri, Everardo, conhecido como “Príncipe do Júri”, foi homenageado com uma placa no auditório da associação, que passa a levar seu nome.

Nascido na Bahia, em 2 de março de 1924, Everardo destacou-se por sustentações brilhantes no tribunal. A independência e a autonomia do

Ministério Público devem muito à sua visão: antes da Constituição de 1988, já defendia uma instituição independente de governos, fiel à lei e ao interesse público. À frente da Amperj, uniu a classe contra pressões e o aviltamento de prerrogativas.

Presidiu a Amperj (1974–1976), foi o primeiro subprocurador-geral de Justiça do MPRJ (1988), primeiro promotor titular da 21ª Vara Criminal e o primeiro membro do MP a receber o Colar do Mérito Judiciário. Também presidiu o Goethe-Institut e integrou a Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Em 2022, lançou “Cartas aos Amigos”, afirmando que sua reputação e cultura “foram moldadas no chão do MP”.

## Um nome cravado na história

O reconhecimento atravessa o tempo: o Colar do Mérito do MP e o edifício-sede do MPRJ levam seu nome. Em março deste ano, a beca do procurador foi doada à Amperj para ficar em exposição. “Receber a beca do Dr. Everardo Moreira Lima é uma grande honra”, disse o presidente Cláudio Henrique Viana. Para o desembargador José Muiños Piñeiro Filho, “essa homenagem é mais do que merecida”.

“Meu avô foi um exemplo de liderança, honra e dedicação ao serviço público”, diz a neta de Everardo, Gabriela Duncan Moreira Lima. “Seu trabalho fortaleceu a união da classe e deixou um legado de dignidade e compromisso. Ao nosso inestimável e amado avô, permanece a saudade serena”. ■

# A força feminina no Ministério Público

Da primeira mulher a ingressar em 1944 às novas lideranças, Ministério Público do Rio de Janeiro se transforma e chega a 57% de representação feminina

por  
MARIANA REDUZINO

Do pioneirismo das primeiras integrantes à presença hoje em espaços de liderança, a participação feminina tornou-se um dos fios condutores da história da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj). Ao longo das décadas, a atuação das mulheres ajudou a transformar a associação, ampliando vozes, perspectivas e formas de atuação institucional. Nesse percurso, promotoras e procuradoras de Justiça tiveram papel decisivo na construção de um Ministério Público mais plural, em que o protagonismo feminino se afirma com o passar dos anos.

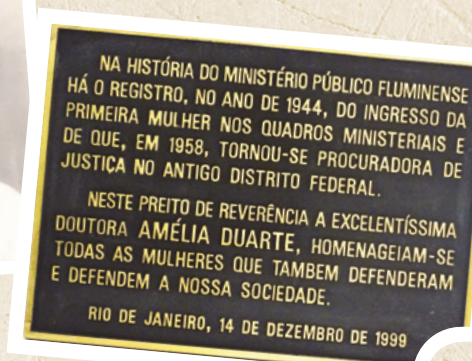
A história das mulheres no Ministério Público fluminense é marcada por resiliência. Em 1944, quando os espaços de poder eram majoritariamente masculinos, Amélia Duarte tornou-se a primeira promotora de Justiça do estado, pioneira de um movimento que crescerá nos anos seguintes. Ela chegaria ao cargo de procuradora de Justiça no então Distrito Federal, em 1958, ficando conhecida por desbravar o caminho das futuras gerações.

A Amperj foi palco de mudanças emblemáticas na participação feminina. Um dos marcos de representatividade foi a eleição de Assy Mirza Abranches, em 1988, a primeira mulher a presidir a entidade. Sua gestão simbolizou mudança e evidenciou uma liderança sensível às demandas da classe, aliada ao compromisso com a autonomia institucional. Desde então, a presença feminina deixou de ser exceção e passou a pilar de governança. Em 1992, Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D’Oliveira foi eleita presidente.

Hoje, o perfil de gênero no Ministério Público do Rio de Janeiro reflete uma transformação profunda. Se nas primeiras décadas do século XX as mulheres eram raridade, o cenário atual revela presença crescente, especialmente entre os mais jovens. Dados do CNMP indicam que a representação feminina



Foto histórica dos 11 primeiros Procuradores de Justiça do antigo Distrito Federal (1938). De pé: Dr. Alcides Carneiro, Dr. Fernando Serebriano de Carvalho, Dr. Arnaldo Teodoro Wanderley, Dr. Rufino de Loy, Dr. Manoel Campos, Dr. Alag. Gomes de Paula, Dr. Honorário de Barros Filho, Dr. Carlos Serebriano de Mendonça e Dr. Márcio Eduardo de Sá. Sentados: Dr. Eduardo Rome de Paula, Dr. Cândido Louzada de Oliveira, Sr. João Procuroador-Geral de Justiça, e Dra. Amélia Duarte. Excusando o Procurador-Geral, todos os demais foram a carreira do Ministério Público.



1. Amélia Duarte se torna procuradora de Justiça em 1958; 2. Assy Mirza Abranches é eleita a primeira mulher presidenta da Amperj em 1988; 3. Placa em homenagem à Amélia Duarte pelo pioneirismo; 4. Mulheres representam hoje 57% dos membros ativos do MPRJ

no MPRJ já ultrapassa 57% dos membros ativos.

Segundo a promotora Roberta Rosa, a representatividade feminina — sobretudo negra — no Ministério Público brasileiro é um imperativo democrático e constitucional que fortalece a defesa de direitos historicamente negligenciados.

“Embora haja avanços, ainda persiste sub-representação de mulheres negras, realidade também observada no Rio. O desafio é assegurar não apenas a presença feminina, mas a diversidade racial, para que o Ministério Público espelhe a sociedade que serve”, disse. ■

## Vocação e identidade: o futuro do MPRJ

Em noite no Jockey Club, 20 novos promotores celebram ingresso na carreira e reforçam compromisso com a defesa da sociedade

por  
LÉO OLIVEIRA

No dia 21 de março, no salão nobre do restaurante Páreo, no Jockey Club Brasileiro, 20 promotores de Justiça aprovados no 38º Concurso de Ingresso no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) receberam as insígnias institucionais. O gesto, simples e simbólico, marcou não apenas a conclusão de uma longa jornada de estudo e dedicação, mas também o início de uma trajetória dedicada à missão constitucional do Ministério Público: a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.

O presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana — ao lado do procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, e do secretário-geral da Amperj, Guilherme Mattos de Schueler — destacou que a entrega da comenda é uma tradição consagrada na instituição, símbolo do início da trajetória ministerial. Para a plateia de amigos e familiares, ele lembrou que a caminhada no Ministério Público é ao mesmo tempo gratificante e desafiadora:

“Não se trata apenas de uma carreira, mas de um verdadeiro encargo público que exige vocação, firmeza de caráter e permanente dedicação ao interesse coletivo”, pontuou Cláudio Henrique Viana em seu discurso de abertura.

### Sonhos realizados

Em nome da turma, Isabela Duarte de Oliveira relembrou o período intenso de formação no curso de educação funcional oferecido pelo IERBB (Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso) do MPRJ. A jovem promotora destacou que os conhecimentos adquiridos ao longo da preparação representam muito mais do que o conteúdo dos manuais: constituem a base prática e ética para o exercício da missão institucional.

“O período do curso foi especialmente marcante, pois lá começamos a aprender, na prática, o que é fazer parte do Ministério Público do Rio de Janeiro. Naquele espaço, tivemos não apenas formação



O presidente da Amperj, Cláudio Henrique Viana, destaca vocação e firmeza de caráter em seu discurso, durante cerimônia de entrega das insígnias

técnica, mas também um ambiente de discussão, convivência e troca, fundamental para o início consciente e responsável da nossa caminhada institucional. Mais do que conhecer estruturas ou compreender atribuições, tivemos a oportunidade de compartilhar momentos, histórias e experiências com colegas que nos receberam e acolheram com generosidade”, afirmou, emocionada, a oradora da turma.

Para quem cruza a linha de chegada de um dos concursos mais difíceis do país, o sentimento predominante é de realização. Pedro Antonio Silva de Miranda, segundo colocado da turma, disse que estava vivendo a materialização de um sonho: “É um sentimento

indescritível”. A emoção também foi compartilhada pela colega Luísa Mendes Louzada, que classificou a cerimônia de entrega das insígnias como o ponto alto do início de um novo ciclo na carreira.

### Elo entre gerações

A solenidade também foi uma oportunidade para reafirmar e fortalecer o papel institucional do MPRJ. O procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, destacou a simbologia da insígnia, que, segundo ele, representa um elo entre diferentes gerações de membros do Ministério Público. “É uma solidariedade tradicional que aproxima gerações. O tempo passa, mas

continuamos nesta caminhada juntos”, pontuou.

Essa conexão entre gerações ficou evidente na presença dos padrinhos da turma, entre eles o procurador de Justiça Leandro Navega, diretor do IERBB, que apadrinhou quatro dos novos membros. “É uma felicidade muito grande para o Ministério Público receber um grupo tão unido e promissor”, celebrou.

Ao final da cerimônia, o clima era de celebração, mas também de responsabilidade. Entre cumprimentos, abraços e registros que eternizaram o momento, ficava evidente que o brilho das insígnias ia além do simbolismo: refletia o compromisso assumido por cada novo promotor com a sociedade fluminense. Mais do que uma conquista individual, a posse representa o fortalecimento de uma instituição essencial à Justiça e à cidadania. ■

Cláudio Henrique Viana diz que defender o MP é preservar o Estado Democrático de Direito, para além de interesses corporativos



## ‘A Amperj de hoje está inserida nos principais debates nacionais’

Presidente fala da atuação cada vez mais propositiva da Amperj na defesa do Ministério Público e nos debates jurídicos relevantes para o país

por  
CARLA ROCHA

**E**m seu terceiro mandato, período em que ajudou a ampliar a voz da associação fluminense nos grandes debates nacionais, o procurador Cláudio Henrique Viana fala sobre as lutas históricas da Amperj, a mobilização atual em defesa das prerrogativas da carreira e os desafios que se colocam para o futuro, em um cenário marcado por profundas transformações tecnológicas e seus impactos sociais.

**REVISTA DA AMPERJ: A Amperj chega aos 80 anos acompanhando profundas transformações no Ministério Público e na sociedade brasileira. Que papel a associação teve nesse processo?**

**CLÁUDIO HENRIQUE VIANA:** A história da Amperj se confunde com a evolução institucional do Ministério Público. Criada em um momento de afirmação da identidade da instituição, a associação acompanhou as transformações políticas e jurídicas do país, atuando na defesa das prerrogativas da carreira, na valorização de seus membros e no fortalecimento institucional. Ao longo dessas décadas, contribuiu para consolidar um Ministério Público mais independente, estruturado e alinhado às demandas da sociedade.

**R.A. Que episódios e conquistas da Amperj destacaria como marcos dessa trajetória?**

**C.H.:** Um marco foi o processo constituinte de 1987–1988, quando o movimento associativo do Ministério Público teve papel decisivo na consolidação do modelo constitucional que reconheceu a instituição como essencial à função jurisdicional do Estado, com autonomia e garantias próprias. Nas décadas seguintes, a Amperj manteve atuação relevante na defesa da autonomia institucional, em debates sobre reformas legislativas e nas iniciativas do movimento associativo nacional, incluindo a consolidação da Conamp.

**R.A. De que forma o papel histórico do Rio de Janeiro como centro político do país influenciou a atuação do**

**Ministério Público fluminense e da própria Amperj?**

**C.H.:** A trajetória do Ministério Público fluminense está ligada ao papel histórico do Rio de Janeiro como centro político e administrativo do país. Esse ambiente favoreceu a formação de uma tradição jurídica sólida e inseriu a instituição nos principais debates nacionais. A Amperj nasce nesse contexto e acompanha a evolução institucional desde o antigo Distrito Federal até a atual configuração federativa, mantendo presença ativa nas discussões relevantes para o sistema de Justiça.

**R.A. Como a Amperj se posiciona hoje na defesa das prerrogativas e das condições de trabalho dos membros do MP?**

**C.H.:** A Amperj atua permanentemente na defesa das prerrogativas e das condições de trabalho dos membros do Ministério Público. Acompanhamos de perto propostas legislativas que podem impactar a carreira, como a reforma administrativa e emendas que ameaçam garantias como a vitaliciedade. Também atuamos para avançar em pautas importantes, como o reconhecimento da atividade do MP como de risco e projetos de enfrentamento às organizações criminosas, como o PL Antifacção. Defender as prerrogativas do Ministério Público é defender a independência da instituição e sua capacidade de servir à sociedade.

**R.A. De que forma a Amperj atua, em articulação com outras entidades, na defesa institucional do Ministério Público no Legislativo e nas cortes superiores?**

**C.H.:** Sim. A atuação da Amperj, em consonância com a Conamp, revela-se atualmente como um modelo institucional

complexo e articulado de defesa do Ministério Público brasileiro, que transcende a mera tutela de interesses corporativos para se situar no plano da preservação do próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a entidade exerce permanente vigilância sobre o processo legislativo nacional, acompanhando propostas de emenda à Constituição e projetos de lei que possam impactar a autonomia, a independência funcional e as garantias institucionais da carreira, como se observa nos debates em torno da PEC 3/2024, das discussões pretéritas sobre a PEC 5/2021 (CNMP) e das iniciativas relacionadas à denominada reforma administrativa e da segurança pública.

Paralelamente, desenvolve atuação qualificada perante os tribunais superiores, especialmente o Supremo Tribunal Federal, por meio de intervenções como amicus curiae e sustentações orais em temas de elevada relevância constitucional, contribuindo para a formação de precedentes que resguardem as funções institucionais do Ministério Público, a exemplo das discussões sobre o poder investigatório e a legitimidade ativa em ações coletivas.

Soma-se a isso a articulação política legítima junto ao Congresso Nacional, com a elaboração de notas técnicas, memoriais jurídicos e participação em audiências públicas, além da mobilização institucional e social voltada ao esclarecimento da importância das garantias ministeriais para a proteção da sociedade.

Assim, a atuação da Amperj se caracteriza por uma estratégia integrada, preventiva e reativa, voltada à manutenção do desenho constitucional do Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, assegurando que suas prerrogativas sejam compreendidas não como privilégios, mas como instrumentos indispensáveis ao cumprimento de sua missão constitucional.

**R.A. Que mensagem a Amperj deixa às novas gerações do Ministério Público ao completar 80 anos?**

**C.H.:** A Amperj reafirma seu compromisso com a defesa das garantias institucionais e com a missão constitucional do Ministério Público. Às novas gerações, deixa uma mensagem de responsabilidade, independência e compromisso com a sociedade. As garantias da carreira não são privilégios, mas instrumentos que asseguram uma atuação livre de pressões e voltada à proteção dos direitos fundamentais e à fiscalização dos poderes públicos. ■



**“As garantias da carreira não são privilégios, mas instrumentos que asseguram uma atuação livre de pressões e voltada à proteção dos direitos fundamentais”**



Mobilização permanente: o presidente da Conamp, Tarcísio Bonfim, e Cláudio Henrique em visitas técnicas de trabalho no Senado Federal

## Amperj consolida avanços institucionais e projeta novos caminhos para o futuro da associação

Gestão marcada pela articulação nacional garantiu, nos últimos anos, conquistas legislativas e ampliou representatividade

por  
**MARIANA REDUZINO**

**A**o longo dos últimos anos, a Amperj não apenas reafirmou seu papel histórico, como também se reposicionou de forma estratégica como uma das vozes mais ativas na defesa das prerrogativas da classe e no fortalecimento institucional do Ministério Público brasileiro. Em múltiplas frentes — legislativa, institucional, financeira, cultural e social —, a entidade acumulou conquistas relevantes e assumiu protagonismo em debates decisivos para a Justiça e para a sociedade.

Esse movimento de fortalecimento institucional foi impulsionado pela intensificação da atuação coordenada

em âmbito nacional, especialmente por meio da parceria com a Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), que ampliou a capacidade de influência da associação nos espaços de deliberação política e institucional.

Como destaca Cláudio Henrique Viana, “ao longo de sua trajetória, a Amperj tem exercido papel firme na defesa das prerrogativas do Ministério Público e no contínuo fortalecimento institucional da carreira. Nos últimos anos, intensificaram-se o diálogo, a construção de parcerias e a atuação coordenada com entidades nacionais, o que possibilitou avanços significativos

em pautas relevantes tanto para a classe quanto para a sociedade”.

A experiência histórica demonstra que, em momentos sensíveis — como as mobilizações institucionais que antecederam a consolidação das garantias do Ministério Público na Constituição de 1988 —, a atuação associativa foi determinante para assegurar autonomia e independência funcional. No cenário atual, essa atuação se traduz em presença qualificada nos debates legislativos e na defesa técnica de direitos e garantias.

Nesse contexto, a atuação da Amperj foi particularmente relevante durante a reforma da previdência promovida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2021. Em um ambiente de intensa pressão fiscal e de propostas potencialmente gravosas aos direitos adquiridos, a associação participou ativamente dos debates institucionais, dialogando com o Poder Executivo e o Poder Legislativo estadual para assegurar a observância dos princípios constitucionais da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima. Como resultado desse esforço, foram garantidas regras de transição mais equilibradas, mitigando impactos abruptos sobre membros do Ministério Público e preservando, em medida relevante, expectativas de direito.

De forma paralela, a Amperj também acompanhou e participou de discussões relativas a propostas de reforma administrativa, tanto em âmbito estadual quanto nacional. Nessas oportunidades, a entidade atuou na defesa do regime jurídico das carreiras típicas de Estado, ressaltando a necessidade de preservação de garantias institucionais — como a estabilidade, a vitaliciedade e a irredutibilidade de subsídios — como instrumentos indispensáveis à atuação independente e imparcial do Ministério Público. A participação em audiências públicas, a elaboração de notas técnicas

e o diálogo com parlamentares foram instrumentos centrais dessa atuação.

No plano legislativo mais amplo, a atuação conjunta com a Conamp e outras entidades representativas mostrou-se decisiva em diversas frentes. Em 2018, por exemplo, a Amperj integrou mobilização nacional em defesa da independência funcional e das prerrogativas das carreiras essenciais à Justiça, influenciando debates sobre temas como a Lei de Abuso de Autoridade e a valorização das carreiras jurídicas.

Na tramitação da PEC 76/2019, voltada à organização da segurança pública, a aprovação de emenda baseada em Nota Técnica da Conamp — com apoio da Amperj — assegurou a preservação de atribuições constitucionais do Ministério Público, especialmente no que se refere à atividade investigatória. Já na PEC 3/2024, a atuação coordenada das associações resultou na retirada de dispositivo que fragilizava a vitaliciedade, mantendo-se essa garantia essencial à independência funcional.

A defesa das garantias institucionais também se manifestou em outras iniciativas relevantes, como a atuação em prol da manutenção do regime de subsídios, da autonomia funcional e do poder investigatório do Ministério Público, em diferentes debates travados no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

Recentemente o STF disciplinou o pagamento de verbas indenizatórias. Desde o início dessa discussão, a Amperj atuou de forma direta e permanente no âmbito associativo nacional, integrando os esforços coordenados pela Conamp, ao lado das entidades que compõem a Frente, com participação ativa na construção de propostas, no acompanhamento das sessões de julgamento e no diálogo institucional com os diversos atores envolvidos, dialogando com os



Articulação que se fortalece: a Amperj amplia atuação nacional em defesa dos interesses dos membros do MPRJ

integrantes do grupo de trabalho criado, levando as preocupações da classe e destacando a necessidade de preservação da higidez da política remuneratória, evitando quaisquer retrocessos que pudessem comprometer a dignidade remuneratória dos membros do Ministério Público brasileiro. Esse trabalho não está encerrado e exige atuação contínua das representações classistas.

No campo da segurança institucional, a mobilização em torno do PL 4015/2023 resultou no reconhecimento das atividades do Ministério Público e do Judiciário como de risco, ampliando a proteção aos seus membros. A tramitação foi acompanhada de forma próxima pela Amperj, em articulação com entidades nacionais, culminando na sanção da lei em maio de 2025.

Atenta às transformações sociais e institucionais, a Amperj segue comprometida com uma atuação técnica,

independente e propositiva, alinhada à sua missão constitucional e aos desafios contemporâneos.

No plano interno, essa diretriz se traduz em gestão eficiente e ampliação de serviços. O equilíbrio financeiro permitiu otimizar recursos e investir em benefícios, convênios e capacitação. Destaca-se, nesse cenário, a atuação da Escola de Direito da Amperj (EDA), que ampliou sua presença acadêmica e incorporou soluções inovadoras, como o uso de inteligência artificial no apoio pedagógico.

Assim, a trajetória recente da Amperj evidencia não apenas a consolidação de avanços institucionais, mas também a construção de bases sólidas para uma atuação futura ainda mais estratégica, em defesa da independência do Ministério Público e do Estado Democrático de Direito. ■

**“A Amperj tem exercido papel firme na defesa da carreira do MP, intensificando o diálogo e a atuação com entidades nacionais”**

## Na pra te lei ra

Conheça os novos lançamentos de associados da Amperj e de outras vozes do universo jurídico. Entre obras técnicas, ficção e poesia, a seleção traz títulos em destaque no trimestre, com opções para diferentes perfis de leitura

por  
**LÉO OLIVEIRA**



### “Assassinatos e outros clarões”

Em seu sexto livro, o ex-presidente da Amperj Ronaldo Medeiros de Albuquerque reúne uma série de histórias de mistério policial ambientadas no subúrbio do Rio de Janeiro. Além dos crimes, o autor explora os clarões de consciência de personagens que chegam a momentos sem volta. **Editora:** 7 letras



### “Manual de Direito das Famílias e Gênero”

A obra reúne uma coletânea de textos sobre Direito das Famílias de Alice Bianchini, Daiana Alves, Juliana Krause, Maísa Nodari, Mariana Bazzo, Natália Gasparin e da associada da Amperj Patrícia de Oliveira. O livro analisa criticamente o tema sob a perspectiva de gênero, ressaltando como as estruturas patriarcais moldaram historicamente a família brasileira. **Editora:** JusPodivm



### “Legislação Eleitoral Brasileira”

A 14ª edição da obra do procurador de Justiça Marcos Ramayana abarca os principais aspectos que regem o processo eleitoral brasileiro, acompanhando as mudanças legislativas mais recentes em um contexto de crescimento das regras eleitorais e da intensificação da polarização no Brasil. **Editora:** JusPodivm



### “O direito civil no século XXI”

Escrito por Nelson Rosendal e Felipe Braga Netto a obra dá uma visão geral das mudanças pelas quais passou o Direito Civil nas últimas décadas, e fornece pistas sobre o que virá nos próximos anos. **Editora:** JusPodivm



### “Apelação”

De forma didática, Daniel Amorim Neves busca conciliar teoria, doutrina e jurisprudência ao fazer um estudo detalhado da apelação no processo civil brasileiro. O trabalho explica a função do recurso dentro do sistema, seus requisitos, efeitos, procedimentos e fundamentos, além de tratar dos limites de sua aplicação no tribunal. **Editora:** JusPodivm

# Você construiu mais do que patrimônio. Você construiu história.

**Agora, é hora de proteger isso com inteligência.**

• Na Portfel, temos orgulho de acompanhar de perto a vida financeira de milhares de famílias brasileiras, com um trabalho focado em:



**Blindagem patrimonial**



**Planejamento sucessório e tributário**



**Diversificação no Brasil e no exterior**



**SCANEIE O QR CODE E VEJA MAIS.**

\*Condições especiais para membros da AMPERJ. Para mais informações, entre em contato.